



**CONGRESSO A
28 E 29 DE
AGOSTO**

PÁG. 16



**PLANO DE
RECUPERAÇÃO
E RESILIÊNCIA
APROVADO**

PÁG. 5



**BALANÇO DA
PRESIDÊNCIA
PORTUGUESA**

PÁG. 2



**COMPROMISSO
AUTÁRQUICO**

PÁG. 10



**É O TEMPO DE AGIR
E DAR CONFIANÇA
AO FUTURO DO PAÍS**



ANTÓNIO COSTA APRESENTOU BALANÇO DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA: **“ERA TEMPO DE AGIR E AGIMOS”**

O primeiro-ministro, António Costa, apresentou em Bruxelas, perante os seus homólogos europeus, um balanço muito positivo da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), considerando que Portugal cumpriu o lema do semestre, “tempo de agir”.

“ERA TEMPO de agir e agimos”, disse António Costa, na apresentação que fez dos trabalhos do semestre português aos restantes chefes de Estado e de Governo da UE, destacando, entre os maiores sucessos alcançados, a implementação do pacote de recuperação económica, a Cimeira Social do Porto, a aprovação da Lei do Clima, o certificado digital Covid-19, o reforço da parceria com Índia e África, a defesa do Estado de direito e o lançamento da conferência sobre o Futuro da Europa.

Relativamente aos dossiês onde admitiu que gostaria que se tivesse ido mais longe, mencionou o acordo de comércio com o Mercosul, o processo de alargamento à Albânia e Macedónia do Norte, matérias nas quais, como apontou, é preciso prosseguir “com vontade política” o trabalho iniciado.

Na sua intervenção, António Costa começou por observar que a presidência portuguesa agiu, “desde logo, na resposta mais direta à pandemia”, através de “mais coordenação e mais preparação”, considerando que “a principal conquista foi sem dúvida a adoção do cer-

tificado digital Covid-19 da UE, conseguida em tempo recorde”. Considerando “igualmente relevante o acordo em matéria de reconhecimento mútuo de testes, e o acordo sobre a partilha solidária de vacinas”, no quadro da solidariedade internacional, o líder do Governo português destacou também a orientação geral alcançada sobre o reforço do papel da Agência Europeia de Medicamentos (EMA).

A nível da recuperação económica e social, António Costa considera que foram “lançadas as bases”, assinalando que a decisão sobre os recursos próprios – que permite à Comissão ir aos mercados para financiar o pacote ‘NextGenerationEU’ – foi ratificada por todos os Estados-membros, tendo sido já apresentados 24 dos planos nacionais (PRR).

“Está concluída a avaliação dos primeiros 12 planos pela Comissão e estamos coordenados com a futura presidência eslovena para poderem ser adotados no [Conselho] Ecofin de 13 de julho. Temos de manter o ritmo. Não podemos falhar aos nossos cidadãos”, disse.

Por outro lado, salientou que, relativamente ao quadro fi-

nanceiro plurianual da UE para 2021-2027, “praticamente toda a legislação setorial foi acordada”, incluindo a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), acordada a 30 de junho, congratulando-se, em igual medida, com o acordo entre os 27 sobre a “manutenção de políticas orçamentais expansionistas em 2021 e 2022”.

António Costa salientou, também, que a presidência agiu “por uma recuperação justa”, referindo o sucesso da Cimeira Social, na qual foi assinado o “Compromisso Social do Porto, o acordo tripartido mais abrangente e ambicioso alguma vez alcançado a nível da União Europeia”, com vista à concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

“Agimos por uma recuperação verde. Com o acordo com o Parlamento sobre a Lei do Clima, estabelecemos o quadro para a legislação da União para os próximos 30 anos”, prosseguiu, congratulando-se também com a aprovação do Fundo para uma Transição Justa.

Também ao nível da “recuperação digital”, a presidência portuguesa apresentou resultados, tendo António Costa referido,

nomeadamente, a obtenção de um mandato para o regulamento de ‘roaming’, progressos nas negociações das leis de governação de dados e inteligência artificial, dos serviços digitais e dos mercados digitais, bem como a aprovação do regulamento para a remoção de conteúdos terroristas nas plataformas digitais, e a amarração do cabo submarino de fibra ótica EllaLink, “a primeira ligação direta de alta velocidade por cabo submarino entre a América do Sul e a Europa”.

Quanto ao reforço da “autonomia estratégica de uma União Europeia aberta ao mundo”, notou que a presidência portuguesa se empenhou “no reforço e na diversificação” das parcerias estratégicas, “desde logo com África, e com os nossos parceiros transatlânticos: Canadá, Estados Unidos, América Latina, e Reino Unido”, observando que, com Londres, foi assegurada “a plena entrada em vigor do Acordo de Comércio e Cooperação”, além do acordo, entre os 27, sobre a Reserva de Ajustamento ao ‘Brexit’.

“Reforçámos também as nossas parcerias com outras geografias como o Indo-Pacífico.

Fizemos da reunião de líderes com a Índia uma prioridade e estamos orgulhosos por termos finalmente conseguido quebrar o impasse nas negociações sobre comércio e investimento e lançado as bases para projetos conjuntos em matéria de espaço, digital e clima”, disse.

Lembrando o lançamento, em 9 de maio, da Conferência sobre o Futuro da Europa, com vista a “unir as instituições e os cidadãos”, António Costa apontou que outra prioridade do referendo foi o estado de Direito, apontando “várias iniciativas que culminaram com a apresentação, este mês, dos procedimentos do artigo 7º” – com novas audições à Polónia e Hungria –, e ainda o início da atividade da Procuradoria Europeia.

“Fazendo jus ao valor da solidariedade europeia, trabalhámos na questão das migrações, dando prioridade à sua dimensão externa, em particular à importância da cooperação com os países de origem e de trânsito, e o reforço dos canais legais de migração”, acrescentou, admitindo que é fundamental prosseguir trabalho árduo neste domínio. ■



CIMEIRA DO PORTO ALCANÇA MARCO HISTÓRICO NO REFORÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DA EUROPA

“Um marco histórico”. Foi desta forma que o primeiro-ministro classificou a Cimeira Social do Porto por ter alcançado, “pela primeira vez” na história da União Europeia, um acordo tripartido sobre o plano de ação do Pilar Social Europeu dos Direitos Sociais, um acordo que veio confirmar a determinação dos parceiros europeus e das organizações representativas da sociedade civil em cumprir ambiciosas metas sociais.

NO FINAL deste encontro, o líder do Governo português e presidente em exercício do Conselho da União Europeia garantiu que o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Conselho Europeu, juntamente com os parceiros sociais, conseguiram chegar a um “acordo histórico”, ao terem estabelecido o ano de 2030 como limite para que a Europa atinja os objetivos de uma sustentada taxa de emprego de pelo menos 78% da população ativa, com cerca de pelo menos 60% dos adultos a participarem anualmente em formações profissionais e, ainda, que os 27 obtenham uma redução do risco de exclusão social ou de pobreza de pelo menos 15 milhões de pessoas, entre as quais 5 milhões de crianças.

Nesta conferência de imprensa conjunta com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e com o presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, o primeiro-ministro português destacou o alcance estratégico deste acordo, considerando-o como o “mais abrangente e ambicioso” compromisso alguma vez alcançado na União Europeia, só possível

de ter alcançado, como salientou, com o empenho dos parceiros sociais, dirigentes das confederações sindicais e associações empresariais, da Comissão Europeia, do Conselho Europeu e especialmente, como destacou, do Parlamento Europeu, “cuja resolução foi decisiva para a construção deste compromisso”.

Para o líder do Governo português, uma das conclusões indiscutíveis, que se podem retirar desta Cimeira Social do Porto, é que a “Europa está a ir ao encontro dos cidadãos”, colocando no centro do debate as suas preocupações e ambições, garantindo que o plano de ação, saído desta Cimeira, “não descreve só ações, mas fixa metas de resultados a alcançar”, o que, para António Costa, “é o mais importante”.

E é o mais relevante, como também referiu o primeiro-ministro, porque as metas têm agora de ser “mais exigentes” do que teriam sido em 2019, lembrando a este propósito que houve um “claro agravamento” em 2020 e em 2021 da pobreza e do desemprego na Europa em consequência da crise de saúde

pública.

O chefe do executivo e líder socialista destacou ainda que este compromisso, agora estabelecido entre os parceiros sociais e as instituições europeias, surge num momento em que a pandemia fez sobressair com mais evidência o papel determinante do modelo social europeu, num ano, como aludiu, em que “todos descobrimos o valor fundamental da solidariedade”, acrescentando que o pilar social europeu se ergue igualmente como um instrumento de particular importância perante as transições climática e digital, dois pressupostos, como aludiu ainda António Costa, que “impõem enormes desafios” do ponto de vista social, no emprego, na necessidade de formação e na requalificação profissional, compromissos que vão criar uma “transição mais verde, digital e justa”.

De acordo com António Costa, este é um acordo que aceita que só haverá “sociedades mais prósperas e mais justas” se, a par do cumprimento dos objetivos climáticos e digitais os 27 Estados-membros souberem valorizar e sobretudo concretizar o Pilar Social. ■ **RSA**



A Covid-19 está no centro das atenções de todo o mundo. No início de 2020, fomos apanhados de surpresa pelo aparecimento do coronavírus. Ninguém poderia prever que, no século XXI, com o desenvolvimento científico e tecnológico, um vírus pudesse virar as nossas vidas do avesso. Vírus que não para de nos surpreender e desafiar. As novas estirpes não nos permitem baixar a guarda, não obstante o bom ritmo da vacinação.

Condicionados pela pandemia, passando alternadamente por estados de emergência, de calamidade e de alerta, os dirigentes socialistas têm estado sempre nas diversas frentes de combate à crise sanitária, económica e social. Uma palavra de reconhecimento é devida aos nossos autarcas, incansáveis na busca de soluções para os problemas das respetivas comunidades.

O Governo, liderado pelo Secretário-geral António Costa - a quem felicito pela sua reeleição - foi confrontado com o maior desafio que alguma vez um governante teve de enfrentar. Salvar vidas foi e é a prioridade. Reforçando o orçamento do SNS, contratando recursos humanos, adquirindo equipamentos, trabalhando em rede e de forma coordenada com a União Europeia, ouvindo os cientistas antes de tomar a difícil decisão de confinar e desconfinar, e garantindo rendimentos às famílias e apoios às empresas, para não deixar ninguém para trás. Como muitos já disseram e escreveram, no meio de uma tão grande tormenta, conforta-nos saber que temos ao leme um Primeiro-ministro experiente, corajoso e lúcido, defensor dos valores da democracia e do estado de direito. Um governante em quem os portugueses confiam e que os europeus respeitam.

Foi neste contexto singular que Portugal assumiu, no último semestre, a presidência do Conselho da União Europeia (PPUE21), tendo como lema “Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital” e um programa ambicioso que foi integralmente cumprido, como se pode ler nas páginas deste jornal, e de que destaco a decisão sobre recursos próprios, que permitiu à Comissão Europeia (CE) emitir dívida e financiar a recuperação económica; o reforço do Pilar Europeu dos Direitos Sociais; a aprovação da Lei do Clima; a reforma da PAC; o lançamento da Conferência sobre o futuro da Europa. Uma presidência de sucesso e que deixa a marca da excelência.

Também pode o leitor encontrar nesta edição o essencial do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência (PRR), o primeiro a ser aprovado pela CE e muito elogiado pela Presidente Ursula von der Leyen, e que visa responder “a três dimensões fundamentais: enfrentar as maiores vulnerabilidades sociais do país, aumentar o potencial de crescimento e reforçar a competitividade e a coesão territorial”. Com os 15,3 mil milhões de euros de subvenções, temos a oportunidade de fazer o que deve ser feito e legar às novas gerações um futuro melhor.

No dia 26 de setembro, as portuguesas e os portugueses vão ser chamados a eleger os seus autarcas. Os eleitos nas listas do PS, socialistas e independentes, têm dado provas de competência e dedicação à causa pública. Ensina-nos a história recente que, em ano eleitoral, o debate político tende a degradar-se e, com a entrada em cena da extrema-direita, tudo é aproveitado, sobretudo a pandemia, como arma de arremesso político. A gravidade da pandemia exige seriedade e responsabilidade. Do que não precisamos é da cacofonia alarmista que só gera instabilidade. Ao contrário da direita, nós, socialistas, estamos empenhados na resolução dos problemas do país. Os portugueses sabem que podem contar connosco em todos os momentos. ■

A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE, UMA PRESIDÊNCIA COM SENSIBILIDADE SOCIAL

AUGUSTO SANTOS SILVA



“ Na economia e nas instituições, nos valores e nas políticas, interna e externamente, a Europa é tanto mais forte quanto mais forte for o seu modelo social ”

O programa da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (doravante, PPUE) estava contido no seu lema: Tempo de agir – por uma recuperação justa, verde e digital. Tempo de passar das decisões aos atos, tempo de obter e partilhar resultados.

As prioridades eram também claras: coordenar o combate à pandemia e a recuperação económica, baseada na dupla transição verde e digital; valorizar o modelo social europeu; e reforçar a autonomia de uma Europa aberta ao mundo.

Em todas essas prioridades obtivemos resultados. É fácil demonstrá-lo. Se, por razões de espaço, nos circunscrevermos aos que poderíamos considerar os cinco resultados principais da PPUE, logo veremos neles espelhadas não só esse propósito de agir como as prioridades em que o declinámos.

Assim, realizámos, em maio, a Cimeira Social do Porto. Aí foi assinado o Compromisso Social do Porto, o primeiro compromisso sobre o aprofundamento da dimensão social europeia subscrito por todos os parceiros sociais europeus, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. E, no âmbito do Conselho Europeu informal, foi aprovada a Declaração do Porto, a primeira declaração dos líderes europeus exclusivamente dedicada à temática social.

Em segundo lugar, concluímos o processo de negociação e aprovação da primeira Lei Europeia do Clima e lográmos a reforma da Política Agrícola Comum, com reforço das suas dimensões ambiental e social. Em terceiro lugar, concluímos em tempo recorde a aprovação do Certificado Digital COVID-19, facilitando a circulação das pessoas, ao mesmo tempo que conseguíamos as recomendações do Conselho sobre viagens internas e externas à União Europeia.

Um quarto resultado principal, obtido ao longo do semestre, diz respeito aos instrumentos da recuperação económica. Refiro-me à entrada em vigor do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, à ratificação da Decisão sobre Recursos Próprios em todos os Estados-membros, à aprovação pela Comissão do primeiro grupo de planos nacionais de recuperação e resiliência (entre os quais, o de Portugal) e à primeira emissão de dívida europeia para financiamento da recuperação económica (a maior emissão de dívida de sempre, no valor de 20 mil milhões de euros). Mas refiro-me também ao facto de a PPUE ter posto no terreno todos os programas do novo Quadro Financeiro Plurianual, do Erasmus aos Fundo Social Europeu, ou do Fundo de Coesão ao Horizonte Europa.

Finalmente, promovemos a Reunião de Líderes União Europeia-Índia, pela primeira vez com a participação de todos os Estados-membros. Essa reunião marcou a assinatura da Parceria sobre a Conectividade e o relançamento das negociações para acordos de comércio e investimento.

Entre estes e outros resultados, há naturalmente vários fios condutores. Mas, se tivesse de destacar um, eu não hesitaria na escolha: a sensibilidade social é a verdadeira linha de força da PPUE. Na economia e nas instituições, nos valores e nas políticas, interna e externamente, a Europa é tanto mais forte quanto mais forte for o seu modelo social. ■



PEDRO SILVA PEREIRA APELA À PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NO DEBATE SOBRE O FUTURO DA EUROPA

O EURODEPUTADO socialista e vice-presidente do Parlamento Europeu, Pedro Silva Pereira, participou, em Estrasburgo, na sessão inaugural do plenário da Conferência sobre o Futuro da Europa, defendendo “um forte apelo” à participação dos cidadãos neste debate, “para uma democracia representativa europeia mais viva e mais participada”. Para isso, sublinhou, é preciso também garantir que as opiniões dos cidadãos “serão levadas a sério” pelas instituições europeias. Pedro Silva Pereira elogiou o “magnífico trabalho” da presi-

dência portuguesa do Conselho da União Europeia no desbloquear da Conferência e lembrou que “depois de duas crises devastadoras, a melhor resposta ao crescimento do nacionalismo populista e eurocético, que ameaça a construção europeia, é promover um grande movimento de reencontro do projeto europeu com as expectativas dos cidadãos e construir, com resultados concretos, uma Europa mais justa, mais solidária, mais democrática e mais forte!”

A Conferência sobre o Futuro da Europa teve a sua ses-

são formal de abertura no dia 9 de maio, por ocasião do Dia da Europa, tendo já decorrido a primeira sessão plenária, com a participação de representantes das instituições europeias, dos parlamentos nacionais, dos Estados Membros, dos parceiros sociais e da sociedade civil.

Uma plataforma online está disponível para recolher e discutir propostas e em setembro iniciam-se os chamados “painéis de cidadãos”, fóruns de debate a quem cabe formular recomendações para o plenário da Conferência. ■

TEMPO DE AGIR: POR UMA RECUPERAÇÃO JUSTA, VERDE E DIGITAL

ACELERAR o combate à pandemia, colocar a recuperação económica no terreno e afirmar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais foram os grandes eixos da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, que completou o primeiro semestre de 2021 sob o lema ‘Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital’.

Seis meses de uma presidência “bem-sucedida” e que cumpriu objetivos importantes nas mais diversas áreas.

2 de fevereiro – Lançamento do Horizonte Europa reforça metas para mais inovação e investigação

12 de fevereiro – Aprovação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

8 de maio – Cimeira Social: Compromisso do Porto é “o mais abrangente e ambicioso alguma vez alcançado na UE”

8 de maio – EU/Índia: “Um novo capítulo na relação entre as duas maiores democracias do mundo”

2 de junho – Acordo por maior

transparência fiscal das multinacionais

9 de junho – Acordo sobre Pescas é “marco histórico nas relações UE-Reino Unido”

13 de junho – Aprovação da Lei Europeia do Clima

14 de junho – UE dá luz verde ao Certificado Digital Covid

15 de junho – Primeira emissão de dívida europeia lança recuperação económica

15 de junho – Conselho da UE aprova Garantia Europeia para a Infância

18 de junho – Viana do castelo recebe apresentação do novo ERASMUS+

19 de junho – Primeira sessão plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa

21 de junho – Declaração de Lisboa sobre Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo

24 de junho – Provedor de Justiça Europeu: novo regulamento reforça proteção dos cidadãos

26 de junho – Presidência portuguesa alcança acordo provisório sobre a reforma da PAC

29 de junho – Conselho e Parlamento Europeu fecham acordo sobre nova Agência para o Asilo

30 de junho – Cimeira da Recuperação lança reflexão sobre o futuro da economia europeia. ■



PORTUGAL É O PRIMEIRO PAÍS A TER O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA APROVADO

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, esteve em Lisboa para entregar ao primeiro-ministro a aprovação por Bruxelas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português, considerando António Costa que este é mais um “marco histórico” na recuperação conjunta da economia europeia. O processo seguirá agora os trâmites habituais.

PARA o primeiro-ministro, António Costa, que falava na conferência de imprensa que teve lugar no Pavilhão do Conhecimento, tendo a seu lado a presidente da Comissão Europeia, esta aprovação do PRR português (outras aprovações se seguirão, uma vez que a generalidade dos Estados-membros já submeteu a Bruxelas os seus planos) demonstra, antes de mais, que a Europa a 27 soube agir em conjunto e em tempo útil para “colocar em marcha” a recuperação da sua economia, lembrando também, que a Comissão Europeia deu outro passo inédito tendo recorrido aos mercados para emitir dívida, reafirmando que a União Europeia está a ultrapassar o tempo da “esperança” para começar a viver o tempo

da “confiança”. “Agora, é tempo de agir para a concretização do PRR nacional, assegurando não apenas a recuperação, como também a transformação do país, aumentando o nosso potencial e eliminando barreiras ao progresso económico”, disse António Costa, apontando, também, à construção “de um país mais resiliente, de olhos postos nas gerações futuras”, assumindo “a ação climática e a transição digital como motores do nosso desenvolvimento”. Nesta sua intervenção, o primeiro-ministro adiantou, depois, que o Governo está já “a trabalhar com todos os parceiros nacionais para começar a implementar o PRR”. “E queremos lançar muitos destes instrumentos já nos

próximos dias. Fomos os primeiros a ver o seu PRR aprovado. Queremos ser também os melhores na materialização plena do seu potencial, reconstruindo um futuro robusto, verde e digital, que não deixa ninguém para trás”, acrescentou.

Elogios ao plano português

Para a presidente Ursula von der Leyen, que enalteceu a estreita e “excelente cooperação” entre a Comissão Europeia e as autoridades portuguesas na elaboração do Plano de Recuperação e Resiliência, este é um documento que representa um “importante passo” rumo a uma expressiva transformação da economia portuguesa, deixando a garantia de que os primeiros fundos do PRR “poderão chegar já à

economia nacional a partir do próximo mês de julho”.

A líder do executivo comunitário foi ainda mais longe, lembrando que o plano português “cumpriu” sem falhas os critérios exigentes estabelecidos pela Comissão Europeia, sublinhando a este propósito que o PRR português, tal como antes também o primeiro-ministro tinha já referido, foi não só o primeiro entre os 27 a apresentar em Bruxelas a versão final, em 22 de abril, como é agora igualmente o primeiro a ser aprovado. Um plano que prevê apoiar projetos de 16,6 mil milhões de euros, dos quais 13,9 mil milhões de euros dizem respeito a subvenções a fundo perdido, verbas que, na opinião da presidente da Comissão Europeia, “vão

transformar profundamente a economia portuguesa”, já que as reformas e os investimentos incluídos no PRR “vão fazer com que Portugal saia desta crise mais forte e mais resiliente”.

De acordo com a líder da Comissão Europeia, o PRR português não só representa um passo “ambicioso”, ao apresentar “uma visão de futuro”, como avança com um conjunto de propostas que vão permitir, como garantiu, “ajudar a criar um futuro melhor para Portugal e para os portugueses”, admitindo, contudo, que o “trabalho difícil” para recuperar as economias dos 27 Estados-membros “começa agora”, pelo que o caminho da retoma da União Europeia “ainda não chegou ao fim”. ■ **RSA**

PLANO DE RECUPERAÇÃO VAI DAR “NOVO IMPULSO” AO REFORÇO ESTRUTURAL DO SNS

“Não há bem maior do que a saúde”, voltou a defender o primeiro-ministro na inauguração do Centro de Saúde da Nazaré, um investimento de 1,4 milhões de euros, garantindo que as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) vão dar “um novo impulso ao investimento no Serviço Nacional de Saúde”.

DE ACORDO com o primeiro-ministro, uma das certezas do Governo é que o investimento na saúde “tem de continuar a ser sempre prioritário”, reafirmando que, em coerência com este desígnio, o investimento que se tem feito no SNS nesta legislatura vem comprovar o olhar distintivo com que o Governo socialista olha para o SNS.

Há, contudo, como também fez questão de salientar, um caminho ainda por caminhar, destacando a este propósito a importância das verbas do PRR que, garante, “vão dar um novo impulso ao investimento público no SNS”, que este ano irá “dispor, no total, de 12.100

milhões de euros”, voltando a destacar a “extraordinária importância” do serviço público de saúde, credor, como mencionou, de um especial relevo, sobretudo pela forma séria e eficiente como tem respondido “à calamidade” que “tem vindo a ocorrer este ano”.

Uma crise de saúde pública de que ninguém estava à espera e que impôs que o Estado tivesse reforçado o investimento, “só no último ano”, no SNS em cerca de 1.400 milhões de euros e contratado mais 20 mil profissionais de saúde, lembrando António Costa que o Governo começou a presente legislatura injetando no serviço público de saúde cerca de



“900 milhões de euros” e que após a pandemia, em março de 2020, incluiu no Orçamento Suplementar “mais 500 milhões de euros”.

Reforço e modernização estruturais

Um significativo robustecimento de verbas que vem revelar que só no ano passado, ainda segundo o primeiro-ministro, houve um reforço no SNS “igual ao que tinha sido feito nos quatro anos anteriores”, dinheiro que não se destina a responder àquilo que são as faltas do dia a dia que hoje ainda se fazem sentir, mas para fazer “as mudanças estruturais que ajudam a refor-

çar e a modernizar o SNS na sua base”.

Nesta sua deslocação à Nazaré, onde foi acompanhado pela ministra da Saúde, Marta Temido, para presidir à inauguração do Centro de Saúde deste município do distrito de Leiria, o primeiro-ministro deixou a garantia de que as mudanças estruturais, que vão começar a ser introduzidas, incidirão sobretudo sobre as Unidades de Saúde Familiar (USF), mas também nas Unidades de Cuidados Integrados, na rede de Cuidados Paliativos e na rede de Cuidados da Saúde Mental, especificando que, em relação a esta última área, o objetivo é que em todas as USF exista

não só tratamento nesta especialidade médica, como a disponibilidade de “uma cadeira de dentista”.

Também os cuidados continuados, como garantiu o primeiro-ministro, serão outra das prioridades a que o Governo dará toda a atenção durante a presente legislatura, considerando mesmo a possibilidade de concluir essa rede de forma a que possa “assegurar o número de camas suficientes em todo o país”. Uma iniciativa, acrescentou, que será desenvolvida em parceria com “as misericórdias e com as mutualidades”, para que “todos possam ter mais esperança de vida e com maior qualidade”. ■ **RSA**

“MÁXIMA EXIGÊNCIA”

O lançamento da Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), organismo que terá como missão monitorizar e emitir pareceres sobre a evolução da execução deste instrumento, foi presidido pelo primeiro-ministro, recomendando António Costa a “máxima exigência” na monitorização da execução do plano estratégico para o país, à altura da “enorme responsabilidade” e de uma “oportunidade única” que Portugal não pode desperdiçar.

A COMISSÃO de acompanhamento, que foi apresentada no dia 20 de maio, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, será presidida pelo gestor e professor jubilado António Costa Silva, que elaborou a convite do Governo o documento da “Visão Es-

tratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”, integrando ainda nove personalidades de reconhecido mérito: Álvaro Fernando de Oliveira Costa, Carlos Fariña Rodrigues, João Abel Peças Lopes, José Manuel dos Santos

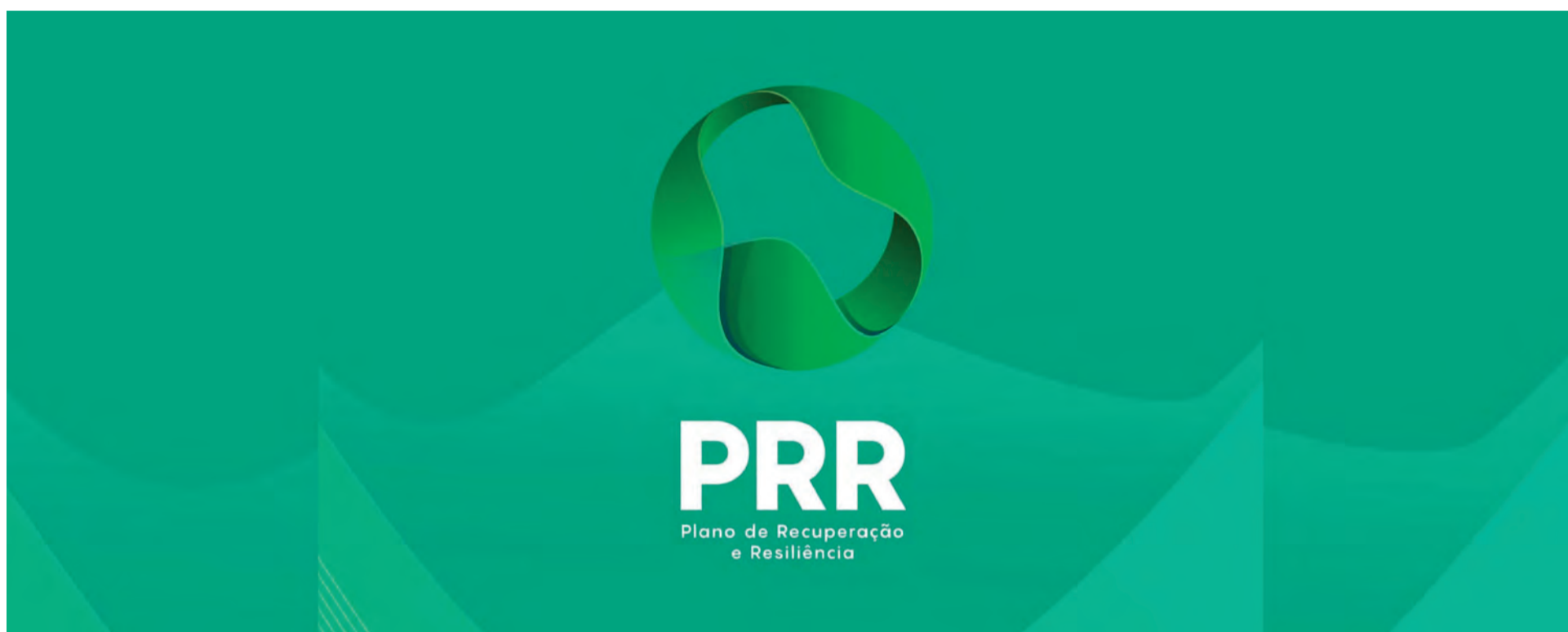


Fernandes, Maria Júlia Fonseca Seixas, Maria Leonor Prata Cerqueira Sopas, Maria Manuela Magalhães de Albuquerque Velloso, Rogério dos Santos Carapuça e Teresa Sá Marques. Integram ainda o organismo membros não governamen-

tais do Conselho de Concertação Territorial, o presidente do Conselho Económico e Social, Francisco Assis, membros da Comissão Permanente de Concertação Social, representantes dos conselhos de Reitores das Universidades Portuguesas, dos

Institutos Superiores Politécnicos e, também, da Ciência, Tecnologia e Inovação. Igualmente representados estarão a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas, a União das Mutualidades Portuguesas, o Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Confederação Cooperativa Portuguesa.

O modelo de governação do PRR está dividido em quatro níveis de coordenação: um estratégico de coordenação política, assegurado pela comissão Interministerial; outro de acompanhamento, assegurado pela respetiva Comissão; e outros dois de coordenação técnica e monitorização, e de auditoria e controlo. ■ **RSA**



LANÇADOS OS PRIMEIROS PROGRAMAS

Os primeiros programas de atribuição de verbas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência começaram já a ser lançados no terreno, começando pela aceleração da aposta estratégica na formação e nas qualificações, visando responder “ao maior défice estrutural do país”.

Impulso Jovens STEAM e Impulso Adultos

O programa 'Impulso Jovens STEAM' visa promover e apoiar iniciativas orientadas exclusivamente para aumentar a graduação superior de jovens em áreas de ciências, tecnologias, engenharias, artes e matemática, em consonância com as novas necessidades do mercado de trabalho. Já o programa 'Impulso Adultos', por sua vez, tem por objetivo reforçar e diversificar a formação pós-secundária, garantindo a reconversão e atualização de competências através do desenvolvimento de soluções de qualificação flexíveis.

Destinados a apoiar iniciativas desenvolvidas por instituições de ensino superior (IES), em parceria ou consórcio com empresas, empregadores públicos e/ou privados, incluindo autarquias e entidades públicas locais, regionais e nacionais, os dois programas reforçam o

objetivo de um acréscimo de 10 mil novos graduados em áreas de ciências, tecnologias, engenharias, artes e matemática, e de mais 23 mil participantes em qualificações curtas de nível superior.

Edifícios mais Sustentáveis 2021

Também já lançado, o Programa de Apoio a Edifícios mais Sustentáveis 2021, dedicado à sustentabilidade energética, visa articular um efeito duradouro na poupança energética com uma dimensão de potenciar a reanimação da economia.

Dispondo de uma verba global de 300 milhões de euros, é um programa que assume o objetivo de criar um elevado impacto económico imediato nas micro, pequenas e médias construtoras que existem em todo o território nacional, contribuindo também para o esforço de absorção do desemprego gerado sobretudo pela crise pandémica.


Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial

O programa Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, ao qual o PRR dedica uma verba a rondar os mil milhões de euros, combina a produção de conhecimento e a transferência de tecnologia e inovação para as empresas.

Os projetos a concurso devem focar-se em áreas com forte potencial de crescimento e de transformação estrutural, com o objetivo de procurar colocar no mercado, até 2025, novos produtos e serviços, que permitam alterar o perfil da economia portuguesa.

A ser realizado numa lógica de parcerias e de redes, este programa traz a novidade de responder a uma clara redução dos custos de contexto, à capitalização das empresas e à formação dos recursos humanos, em linha com as metas de descarbonização e de transição digital. ■




Plano Ferroviário 



Rede ferroviária elétrica nacional

+Competitiva
+Limpa
+Descarbonização

#RECUPERAR
#PORTUGAL

Programa de construção de habitação social 



Reforçar os programas existentes de construção de habitação social, em articulação com autarquias


#RECUPERAR
#PORTUGAL

Transportes Públicos 



Alargar a rede do Metropolitano de Lisboa


#RECUPERAR
#PORTUGAL

Transportes Públicos 



Expandir sistemas de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto


#RECUPERAR
#PORTUGAL

Programa de ampliação e requalificação da rede de cuidados a idosos 



Investir na construção de uma rede nacional de cuidados a idosos, em articulação com autarquias e IPSS

#RECUPERAR
#PORTUGAL

Programa de recuperação para habitação social e rendas acessíveis 



Reforçar os programas de arrendamento a preços acessíveis para a classe média, em particular para os jovens


#RECUPERAR
#PORTUGAL

Plano de Investimento no SNS 



Consolidar rede SNS (novos Hospitais de Lisboa Oriental, Seixal, Évora, Algarve)

#RECUPERAR
#PORTUGAL


Transição Digital 



Apetrechamento tecnológico das escolas e famílias

Integração transversal das tecnologias nas diferentes áreas curriculares dos ensinos básico, secundário, superior, e de formação profissional

#RECUPERAR
#PORTUGAL

Transportes Públicos 



Reforçar Sistema de transportes coletivos em cidades de média dimensão (Braga, Guimarães, Aveiro, Guarda, Coimbra, Évora, Faro)

#RECUPERAR
#PORTUGAL

Transição Digital 



Requalificação de Recursos Humanos em tecnologias digitais

#RECUPERAR
#PORTUGAL


Transição Digital 



Alargamento da fibra ótica a todo o país

Reforço da coesão territorial
Integração do interior na economia

#RECUPERAR
#PORTUGAL

Acelerar a eletrificação da economia 



Garantir transição justa e coesa, assegurando preços da eletricidade competitivos

#RECUPERAR
#PORTUGAL



ANTÓNIO COSTA REELEITO
SECRETÁRIO-GERAL

**“CONTINUAR
A RECUPERAR
O PAÍS E
CONSOLIDAR
O PS COMO O
MAIOR PARTIDO
AUTÁRQUICO EM
PORTUGAL”**

O Secretário-geral do PS, António Costa, reeleito no passado dia 19 de junho, afirmou querer corresponder à confiança dos militantes socialistas para o mandato dos próximos dois anos, apontando como metas para os desafios imediatos prosseguir a recuperação do país e voltar a afirmar o Partido Socialista como o maior partido do Poder Local nas próximas eleições autárquicas.

NUMA mensagem em vídeo, António Costa começa por agradecer aos militantes a sua reeleição, com 94% dos votos validamente expressos.

“É uma enorme honra ter sido reeleito Secretário-geral do Partido Socialista com o vosso voto. Tudo farei para corresponder à vossa confiança e, durante os próximos dois anos, continuar a

liderar o nosso partido tendo em vista os grandes desafios que temos pela frente”, afirmou António Costa, numa mensagem em vídeo, após terem sido divulgados, pela Comissão Organizadora do XXIII Congresso, os resultados provisórios das eleições internas, que decorreram nos dias 11, 18 e 19.

Depois de agradecer aos mili-

tantes, o líder do PS apontou os desafios que se colocam, “em nome do país”, de “continuar a combater a pandemia, recuperar a nossa economia e construir o futuro”.

“Mas também liderar o partido naquela que é mais uma exigente batalha eleitoral que temos pela frente, já em setembro, com as eleições autárquicas”, afirmou,

recordando que “o PS é, desde 2013, o maior partido autárquico nas freguesias e nos municípios”. “E a nossa ambição agora não é menor: voltar a ganhar e voltarmos a ter a maioria das freguesias e a maioria dos municípios para assim continuar a servir Portugal e os portugueses”, afirmou.

António Costa foi reeleito Se-

cretário-geral do PS, com 94% dos votos, para um novo mandato de dois anos, tendo Daniel Adrião obtido 6% dos votos.

Ainda de acordo com os resultados divulgados, a moção de António Costa ‘Recuperar Portugal, Garantir o Futuro’, elegeu 1.010 dos 1.031 delegados já apurados, com 21 eleitos pela moção ‘Democracia Plena’. ■

ELZA PAIS REELEITA PRESIDENTE DAS MS-ID “POR MAIORIA EXPRESSIVA E INEQUÍVOCA”

Elza Pais foi reeleita presidente nacional das Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos (MS-ID) com 91% dos votos expressos, resultado igualmente obtido pela sua Comissão Política Nacional.

A CANDIDATURA ‘Avançar Em Igualdade’ congratula-se com “a vitória inequívoca e consolidada” de Elza Pais e da Comissão Política Nacional liderada por Edite Estrela, assumindo o compromisso de prosseguir, “com legitimidade reforçada”, o “trabalho coletivo para avançar

em Igualdade, contando com todas as Mulheres Socialistas para continuarmos a recuperar Portugal”.

“Agradecemos igualmente a participação das militantes e o reforço da sua confiança no projeto de continuidade e inovação no quadro dos desafios in-

troduzidos pela crise pandémica”, acrescenta a candidatura de Elza Pais, destacando, neste ano de eleições autárquicas, “o Manifesto para a Igualdade no Poder Local”.

A candidatura de Elza Pais dirigiu, também, uma felicitação a António Costa “pela reeleição



para o cargo de Secretário-geral do Partido Socialista com um resultado igualmente expressivo e inequívoco”, resul-

tante do ato eleitoral interno, a quem desejou “as maiores felicidades para o exercício do novo mandato”. ■



JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES



PS APRESENTA COMPROMISSO AUTÁRQUICO ASSENTE NA CULTURA DE TRANSPARÊNCIA, IGUALDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Partido Socialista apresentou o seu Compromisso Autárquico 2021 – ‘Recuperar da crise, Promover o Desenvolvimento Local’, no qual define as linhas de orientação política para as próximas eleições autárquicas. Em conferência de imprensa, realizada no Centro da Esquerda, em Lisboa, a direção socialista apresentou também o perfil dos candidatos do PS que vão concorrer às presidências de Câmara do país.

REITERANDO o compromisso do PS com “uma cultura de transparência”, o Secretário-geral adjunto do partido, José Luís Carneiro, afirmou também o compromisso, que será assumido pelos candidatos autárquicos socialistas, em contribuir para uma qualificação da vida democrática, promovendo uma gestão transparente e com maior prestação de contas na utilização dos recursos públicos.

“Queremos garantir que os cidadãos participam na elaboração dos compromissos locais e garantir que os cidadãos têm mecanismos e instrumentos para proceder ao escrutínio sobre o modo como os recursos públicos são aplicados”, disse.

Na sua intervenção inicial, José Luís Carneiro elogiou o trabalho dos dirigentes concelhios e federativos do PS no processo de escolha de candidatos a presidentes de câmaras, assinalando que

foram cumpridos os objetivos de rejuvenescimento, de abertura à sociedade civil e de maior paridade nas listas.

O ‘número dois’ da direção socialista realçou, também, o compromisso político do PS em torno da “autonomia administrativa e financeira do Poder Local democrático, com a descentralização e com as políticas sociais”, abrangendo as áreas da saúde, educação, habitação, transportes e qualificação do espaço público, acrescentando que o programa nacional do partido estará articulado “com o projeto de desenvolvimento das comunidades locais” em matérias como a transição climática e digital, o combate à pobreza e o desafio demográfico. “Agora, é o tempo de cada candidato elaborar o respetivo programa eleitoral local. Queremos continuar a ser o maior partido do Poder Local democrático”, sublinhou.

Reforço da paridade e abertura à sociedade

Numa sessão em que o dirigente socialista Rui Pena Pires detalhou os 12 pontos constantes do documento de Compromisso Autárquico, coube à secretária nacional para as autarquias, Maria da Luz Rosinha, apresentar o perfil dos candidatos que vão concorrer pelo PS, adiantando que estão já fechados os processos de escolha em 302 dos 308 municípios do país.

De acordo com os dados quantitativos divulgados, o PS vai recandidatar 134 dos seus atuais presidentes de Câmara, o que representa 44,4% do total. Dos restantes candidatos definidos, 16 são deputados à Assembleia da República (5,3%), 70 desempenham cargos autárquicos (23,2%), e 82 (27,2%) não desempenham qualquer atividade política, um dado que reflete, como assinalou José Luís Car-

neiro, a “abertura do PS à sociedade civil”.

Ainda sobre o detalhe das candidaturas autárquicas, o PS concorrerá sozinho em 95% dos municípios, integrando seis ligações – em Aveiro, Cascais, Funchal, Maia, Felgueiras e Penedafiel – e vai apoiar grupos de cidadãos em oito concelhos. De referir, também, que 51 dos candidatos que o PS apresenta ou apoia são independentes.

Em termos de paridade, José Luís Carneiro reconheceu, ainda, a existência de “obstáculos de ordem económica, social e cultural” no caminho para a plena igualdade de género, destacando Maria da Luz Rosinha, contudo, “uma evolução positiva” neste sentido.

De acordo com os dados divulgados pela secretária nacional para as autarquias, nas eleições de 2013, o PS apresentou 29 candidatas, das quais 13 foram

eleitas – número que subiu para 42 no ato eleitoral de 2017, com a eleição de 18 mulheres.

Nas próximas eleições autárquicas, o PS vai apresentar 44 candidatas a presidentes de câmara, mais duas que no sufrágio anterior, das quais 16 são recandidatas.

No que concerne às idades dos candidatos, a média cifra-se nos 52,5 anos, enquanto no que respeita a habilitações literárias, 65,8% têm mais do que a licenciatura, 10,2% possuem mestrado e 3,4% doutoramento. ■



LEIA O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA





ISCTE/FÓRUM MÁRIO SOARES

DESCENTRALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS SOCIAIS SÃO AS GRANDES MARCAS DO PS NO PODER LOCAL

O compromisso com a descentralização, o compromisso com as políticas sociais e as condições de vida da população e o compromisso com as políticas de desenvolvimento territorial são as três grandes marcas “da matriz identitária do Partido Socialista” nos 45 anos do poder local democrático.

A CONCLUSÃO é do estudo realizado pelo DINÂMIA'CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do ISCTE, sob a coordenação do professor Raul Lopes, e que foi apresentado publicamente, no dia 2 de julho, na Casa da Arquitetura, em Matosinhos, no âmbito do plano de ação do 'Fórum Mário Soares: Igualdade em Liberdade'. A sessão contou com a participação do Secretário-geral adjunto do PS, José Luís Carneiro, que saudou o contributo da investigação académica para aprofundar o espaço de debate e de reflexão na criação de “uma agenda mobilizadora” no poder local, a par de Augusto Santos Silva, coordenador do 'Fórum Mário Soares', e, na qualidade de anfitriã, da autarca socialista de Matosinhos, Luísa Salgueiro.

No plano do compromisso com a descentralização, o estudo salienta “o contributo central” do Partido Socialista para a consagração das autarquias locais como pilares do regime democrático, desde logo na Constituição da República Portuguesa, em 1976, e na elaboração de primeira Lei das Finanças Locais, realçando ter sido também o partido que mais contribuiu para o reforço das suas atribuições e competências, notavelmente em três momentos: nos anos de 1984, 1999 e, mais recentemente, em 2018, com o processo alargado de transferência de novas competências. No que se refere a uma segunda grande marca socialista no poder local, o compromisso com as políticas sociais, é identificado ter sido o PS “quem introduziu nas políticas locais a dimen-

são social” e o partido “que mais se tem empenhado no reforço da intervenção social das autarquias e das IPSS”, dando corpo programático e legislativo, ao nível das políticas locais no âmbito da saúde, educação, habitação, ação social e combate à pobreza e exclusão, a um “profundo compromisso” com a coesão social e a melhoria das condições de vida da população. No domínio do desenvolvimento territorial, a terceira grande marca socialista identificada pelo estudo, é também assinado o compromisso do Partido Socialista com “este domínio privilegiado de intervenção autárquica”, que remonta à génese programática e identitária do próprio PS, desde a Declaração de Princípios, Programa e Estatutos do partido, aprovados no Congresso de 1974, marca que

foi aprofundando e concretizando ao longo das últimas quatro décadas e meia, com a aprovação de um conjunto de leis, programas e instrumentos. O documento destaca ainda que é no atual ciclo político do país, com os executivos de António Costa, que “regressam ao Governo as preocupações com o desenvolvimento regional e a atenção às políticas territoriais”, com a aprovação da Estratégia para a Coesão Territorial, abrangendo, particularmente, uma estratégia para a valorização do interior. Mais autonomia e protagonismo no desenvolvimento económico. O estudo conduzido pelo ISCTE integrou ainda uma segunda dimensão, resultante de um processo de auscultação e debate com atuais e anteriores autarcas socialistas, visando for-

necer pistas para uma agenda futura de política local, destacando-se, como principal “reivindicação”, a defesa de “um protagonismo acrescido para as autarquias na esfera do desenvolvimento económico e da criação de emprego”. Neste sentido, os autarcas socialistas preconizam uma reflexão que permita repensar recursos e instrumentos para promover a dinamização das economias locais, assim como um aprofundamento do debate em torno dos modelos de governação territorial. Em comum, identifica ainda o estudo, a reivindicação da “simplificação do processo de contratação pública e do processo de gestão do ordenamento do território”, em linha com a defesa de “maior autonomia de decisão para os municípios”. ■

O ESTADO NÃO FALHOU, O PAÍS NÃO PAROU E O GPPS TAMBÉM NÃO!

No ano em que vivemos a maior crise das nossas vidas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à semelhança do Estado e do país, não falhou e não parou.



EMPENHÁMO-NOS no combate à pandemia e no contributo para dar resposta às necessidades das famílias e das empresas.

Fomos ao terreno avaliar as medidas e perceber o seu impacto, no âmbito da preparação para o debate do Estado da Nação, numa iniciativa intitulada Roteiro GPPS em Proximidade, e que levou para fora da Assembleia da República a Presidente do Grupo Parlamentar, a direção da bancada e os deputados eleitos pelo Partido Socialista em cada círculo eleitoral. Percorremos todos os distritos de Portugal Continental; visitámos empresas que foram um exemplo de resiliência durante a pandemia, não só porque mantiveram os postos de trabalho, como também continuaram a produzir apesar das dificuldades, e verificámos a enorme esperança que estas depositam no PRR apresentado pelo Governo do PS, que recebeu nota máxima e foi apontado como exemplo pela Comissão Europeia, considerado uma ferramenta essencial à recuperação e ao crescimento económico; fomos a IPSS e a algumas unidades de saúde, cumprindo sempre todas as regras sanitárias; estivemos também em

instituições de ensino superior, politécnico e profissional e avaliámos a execução de alguns investimentos públicos que estão em execução e que vão servir os interesses e as necessidades das populações.

Numa sessão legislativa atípica, o Grupo Parlamentar do PS não deixou, apesar do confinamento e das regras de saúde pública que foi necessário cumprir, de fazer o seu trabalho e de respeitar o seu compromisso com aqueles que confiaram o seu voto ao Partido Socialista.

Apoio às famílias e empresas

Perante a situação de emer-

gência sanitária, que teve como consequência uma situação de emergência económica e social sem precedentes, o GPPS apoiou todas as medidas propostas pelo Executivo para apoio às famílias, às empresas e à economia, de modo a que os efeitos trágicos desta crise pudessem ser minorados. Foi disso exemplo a alteração aprovada no Parlamento que proporcionou a criação do lay-off a 100% e que permitiu salvaguardar milhares de postos de trabalho e evitar perdas de rendimento às famílias. Também por iniciativa parlamentar do PS foram apresentadas propostas de alteração ao Or-

çamento do Estado para 2021 e, assim, conseguiu-se a consolidação e a extensão de apoios económicos e sociais aos Sócios-Gerentes, aos trabalhadores independentes, aos cuidadores informais e ainda aos profissionais de serviço doméstico. Outra das iniciativas importantes que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou foi para assegurar a impossibilidade de os serviços considerados essenciais – telecomunicações, eletricidade, água e gás – poderem ser cortados. Para o PS, ninguém fica para trás e, como sempre dizemos, todos contam! Fica, como se percebe, bem evi-

dente a diferença de abordagem à crise protagonizada pelo Partido Socialista e aquela que foi, no passado recente, a conduta da direita quando esteve no poder. O Grupo Parlamentar do PS e o Governo que apoia nunca propuseram e concretizaram, ao contrário de PSD e CDS, austeridade, cortes de pensões ou redução de investimento público para apoiar as famílias e as empresas.

Servir os portugueses e defender a Democracia

Mas neste ano de absoluta atipicidade, nem só de pandemia se fez a atividade parlamentar dos 108 deputados do PS. O país, apesar de muito fustigado e focado no combate à crise sanitária, económica e social, não podia – nem pode – deixar de merecer os cuidados políticos de quem tem o dever de cuidar da nossa democracia e está investido da responsabilidade de responder às necessidades dos cidadãos. Por iniciativa dos parlamentares socialistas deram entrada na Assembleia da República 27 projetos de lei, 53 projetos de resolução e oito requerimentos. Foram feitas 167 perguntas ao Governo e foram produzidas 442 inter-



JORGE FERREIRA

O país, apesar de muito fustigado e focado no combate à crise sanitária, económica e social, não podia – nem pode – deixar de merecer os cuidados políticos de quem tem o dever de cuidar da nossa democracia e está investido da responsabilidade de responder às necessidades dos cidadãos



JORGE FERREIRA

venções em sessão plenária. O GPPS promoveu ainda dezenas de reuniões – presenciais ou por videoconferência – e dezenas de audições parlamentares, além, naturalmente, das inúmeras idas ao terreno sempre que a situação pandémica o permitiu.

Do legado do Grupo Parlamentar nesta sessão legislativa, todo ele relevante, importa destacar algumas iniciativas legislativas. Desde logo o projeto de lei para a regulação do teletrabalho, um tema premente e que foi consequência da realidade que vivemos. O PS avançou com uma iniciativa parlamentar que se aplica ao setor público e ao setor privado e que assegura direitos iguais a todos os trabalhadores, nomeadamente salários e subsídios, equipamentos e condições de trabalho a cargo do empregador, direito à privacidade e direito a desligar, horário de trabalho ou direitos sindicais. Este diploma consagra a exigência de mútuo acordo entre empregador e trabalhador, privilegiando também a negociação coletiva que está na matriz do Partido Socialista.

Outra das iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar do

PS que merece ser destacada é o projeto de lei sobre a ocultação de riqueza adquirida no exercício de altas funções públicas. Em matéria de combate à corrupção, o Partido Socialista, mais uma vez, esteve na vanguarda deste combate no respeito escrupuloso pela Constituição da República. Neste diploma contempla-se um agravamento para cinco anos de prisão do crime de ocultação intencional de riqueza por titular de altas funções públicas e alargam-se também as obrigações declarativas de incremento do património ou de rendimentos. O Grupo Parlamentar do PS, ao

optar por introduzir um regime sancionatório exigente para o incumprimento de obrigações declarativas, incluindo a criminalização do seu incumprimento intencional e da ocultação de elementos patrimoniais ou rendimentos, procurou dar resposta às duas pronúncias por unanimidade do Tribunal Constitucional que decretaram a inconstitucionalidade de diplomas anteriores apresentados pela direita em clara violação da Constituição.

Do acervo de iniciativas socialistas faz ainda parte a aprovação da Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital, diploma promulgado, sem

hesitação, pelo Presidente da República. Trata-se de um instrumento fundamental para a nossa vida em sociedade e que decorre da necessidade de enfrentar um problema grave, que mina qualquer sociedade democrática, que são as notícias falsas ou “fake news”. Esta é a principal motivação desta carta, que no seu texto assegura o direito de todos os cidadãos ao bom nome, protege o direito à privacidade e ao esquecimento, e salvaguarda os interesses das crianças e dos mais vulneráveis à poluição digital.

Lei de Bases do Clima

Por fim, vale a pena sublinhar também a Lei de Bases do Clima apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. Trata-se de um diploma bastante ambicioso, na linha aliás do facto de Portugal ter sido dos primeiros países a comprometer-se com a neutralidade carbónica até 2050. Na Lei de Bases apresentada pelos deputados socialistas prevêem-se, entre outras metas, o alargamento da rede de transportes públicos a todo o país e que, a partir de 2035, seja proibida a venda em Portugal de veículos ligeiros movidos exclusivamente a combustíveis fósseis. O PS propôs também que passe a constar dos Orçamentos do Estado um “Orçamento Climático”, ferramenta financeira para apoiar as políticas climáticas através das receitas provenientes dos leilões do Comércio Europeu de Licenças de Emissões, dos leilões para o setor da aviação e das taxas de carbono a aplicar aos produtos petrolíferos e energéticos. E porque o PS pugna sempre pela transparência, e porque as políticas climáticas são construídas com e para os

cidadãos, propôs-se a criação de uma ferramenta digital que permita à comunidade monitorizar o progresso das metas nacionais e a atribuição de benefícios fiscais.

Além de toda a ação legislativa, os deputados do PS estiveram muito ativos na dimensão parlamentar da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, nomeadamente em todos os fóruns de discussão, e empenharam-se no debate da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Por fim, e não menos importante, os deputados do PS desenvolveram muito trabalho em sede de comissões parlamentares. A título de exemplo, destaque-se a participação na Comissão Eventual de para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença Covid-19 e do processo de recuperação económica e social, e também o trabalho incansável desenvolvido na Comissão Parlamentar de Inquérito ao BES/Novo Banco, cujos trabalhos estão na sua reta final, e que já permitiu descobrir, por ação dos deputados do PS, algumas novidades pouco convenientes para a direita: desde logo, que a venda do Novo Banco em 2017, tão criticada por PSD e CDS, teria ocorrido pela mão destes se a Lone Star tivesse feito a proposta em 2015, porque essa teria sido a opção do Banco de Portugal. Descobrimos também que a resolução decidida por PSD e CDS foi a pior das soluções deixando um rasto de milhares de lesados e de contribuintes prejudicados. Que a melhor proposta foi mesmo a da Lone Star e que o Governo do PS, ao vender o banco em 2017, acautelou os interesses do Estado e dos contribuintes, uma vez que não havia mais margem para adiamentos e o que estava em cima da mesa era a liquidação ou a resolução do Novo Banco, que tinha custos incomparavelmente maiores do que a solução adotada.

A sessão legislativa está quase a chegar ao fim. Mas, apesar das dificuldades e das limitações que marcaram este ano parlamentar, os deputados do PS não se resignaram, não baixaram os braços, não se deram por vencidos e têm muito trabalho para mostrar e de que se orgulhar. Porque, como dizia Mário Soares, “só é vencido quem desiste de lutar”. ■



JORGE FERREIRA

Perante a situação de emergência sanitária, o GPPS apoiou todas as medidas propostas pelo Executivo para apoio às famílias, às empresas e à economia, de modo a que os efeitos trágicos desta crise pudessem ser minorados.

PS MOBILIZADO PARA A RECUPERAÇÃO DO PAÍS

JOSÉ LUÍS CARNEIRO



“ As eleições autárquicas são um momento exigente para todos os níveis de decisão e são-no porque das escolhas que venham a ser feitas depende o futuro das comunidades locais. ”

O trabalho político em tempos de pandemia tem sido muito exigente. A necessidade de responder às exigências democráticas em estado de emergência e em modo de confinamento acelerou a necessidade de transitar para as redes digitais ao mesmo tempo que impôs cuidados especiais às iniciativas de natureza presencial. Como é evidente, os efeitos na vida social, cultural e económica foram muito significativos na dimensão política, tanto mais que esta exige um esforço permanente de diálogo e de concertação com os cidadãos e com as suas instituições.

Nos últimos meses e para além da resposta política ao quotidiano e aos deveres da representação partidária, o nosso esforço esteve concentrado em duas dimensões fundamentais. Por um lado, no acompanhamento da preparação e do exercício do processo eleitoral interno para as funções de Secretário-Geral e de Presidente das Mulheres Socialistas-ID, bem como na preparação do XXIII Congresso Nacional. Por outro lado, na preparação daquele que é seguramente um dos mais importantes momentos do rejuvenescimento e fortalecimento da vida democrática: as eleições autárquicas.

Como todos sabem, as eleições autárquicas são um momento exigente para todos os níveis de decisão e são-no porque das escolhas que venham a ser feitas depende o futuro das comunidades locais. Razão pela qual este tenha sido um trabalho feito com muita ponderação e ouvindo os diferentes níveis do partido e, naturalmente, cidadãs e cidadãos que nos deram os seus contributos. É desse trabalho que vos quero dar conta.

Primeiro, procurámos conhecer a nossa história no poder local. Conhecer o património sobre o qual assenta o nosso presente e sobre o qual erigiremos o nosso futuro. Uma equipa de investigadores, coordenada pelo Prof. Doutor Raúl Lopes (ISCTE-IUL), liderou um trabalho académico sobre as marcas do PS no poder local democrático, o mesmo é dizer as marcas dos nossos valores e princípios na vida das pessoas, desde as primeiras eleições livres de 1976. O relatório final, apresentado no início de julho, em Matosinhos, município

exemplar no âmbito das políticas públicas, locais e metropolitanas, permitiu tomar maior consciência daquele que é o nosso grande património na vida das comunidades locais: a autonomia administrativa e financeira; o compromisso com o desenvolvimento regional e a descentralização e, por último, a atribuição de poderes aos municípios nas políticas sociais de habitação, de saúde, de transportes e mobilidade, de combate à pobreza e às desigualdades e de qualificação do espaço público e da vida democrática.

Em segundo lugar, elaborámos um compromisso autárquico com doze orientações gerais e que têm em vista fazer a ponte com os programas locais e que ilustra a vontade de diálogo entre a visão estratégica para o País e o conjunto das prioridades locais. Todos temos a consciência de que só com o comprometimento das mulheres e homens que no poder local de proximidade conhecem e sentem as populações é possível erradicar a pandemia, recuperar as condições de vida económica e social e enfrentar os desafios da transição digital e climática, e, ainda, enfrentar a pobreza, as desigualdades e os riscos demográficos. E fazê-lo de modo transparente, com uma cultura de prestação de contas e garantindo a participação dos cidadãos no processo de decisão e de implementação das políticas. Com essa atitude, contribuiremos para uma cidadania mais exigente e uma democracia mais qualificada.

Em terceiro lugar, em diálogo com as nossas estruturas distritais e locais, foi possível abrir as listas autárquicas aos mais jovens, reafirmar o princípio da igualdade de género e reforçar a abertura do PS à sociedade civil. Foi possível rejuvenescer, termos mais mulheres na liderança dos projetos autárquicos e termos cinquenta e um candidatos independentes.

Depois de sabermos que o nosso legado histórico no poder local nos honra e compromete. Conscientes que estamos dos nossos deveres e prioridades políticas. É agora o tempo de irmos ao encontro de cada cidadã e de cada cidadão e dar-lhes conta dos nossos propósitos quanto ao futuro. E de que o fazemos com um elevado sentido de serviço público. ■



MADEIRA E AÇORES EM DIÁLOGO SOCIALISTAS QUEREM ESTABELEÇER PONTES PARA APROFUNDAR A AUTONOMIA

A importância de estabelecer pontes de diálogo entre as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores para o aprofundamento da Autonomia foi o ponto fulcral em debate na cimeira que juntou, no Funchal, os presidentes do Partido Socialista da Madeira e dos Açores, Paulo Cafôfo e Vasco Cordeiro, respetivamente.

NO EVENTO, denominado 'Autonomia 2030 – Madeira e Açores em Diálogo', organizado pelo PS/Madeira, o líder dos socialistas madeirenses constatou que a forma como a Autonomia é exercida na Região padece, precisamente, de falta de diálogo. Paulo Cafôfo lembrou que o PS tem sempre procurado uma convergência, de forma a que, em matérias importantes para a reforma do sistema político, como a Lei das Finanças Regionais, o Estatuto Político-Administrativo e a revisão da Constituição, possa haver uma posição da Madeira. “Não há aqui interesses maiores do que o da nossa Região e, portanto, os interesses dos partidos devem ser colocados de lado, em benefício do interesse comum”, afirmou.

Por outro lado, o dirigente apon- tou que, além da luta pela Autonomia, em dois arquipélagos que dão dimensão política, económica e geográfica ao país, é necessário também uma luta pela cooperação.

“A estabilidade institucional é essencial para colocar a Madeira e os Açores nos centros de decisão política, para podermos marcar aquilo que é o direito à participação nas decisões que nos dizem diretamente respeito, mas também o direito à diferença”, sustentou.

Paulo Cafôfo disse que há matérias nas quais os Açores estão mais avançados, nomeadamente no que diz respeito ao Estatuto Político-Administrativo e à re-

visão da Constituição, enquanto que a Madeira o está mais com a Lei das Finanças Regionais.

“É muito importante que os Açores e a Madeira – e o PS/Madeira e o PS/Açores estão a fazer o seu trabalho – possam estabelecer pontes para, juntos, podermos ter uma posição mais forte naquele que é o nosso entendimento sobre a Autonomia e a refundação da Autonomia, aprofundando as nossas competências”, disse.

Na ótica do presidente do PS/Madeira, há matérias que têm de ser resolvidas, entre as quais a questão da extinção do cargo de Representante da República, a regulamentação dos referendos regionais e a própria participação da Região em matérias que lhe dizem diretamente respeito.

O dirigente vincou ser necessária a revisão da Lei das Finanças Regionais para termos mais autonomia política, “porque não há autonomia política sem autonomia financeira”. Defendeu igualmente o alargamento do diferencial fiscal e a alteração da fórmula de cálculo do Fundo de Coesão, para termos mais verbas que possibilitem projetos e diminuir as assimetrias que existem com o restante território nacional.

Por seu turno, o presidente do PS/Açores destacou a importância deste espaço de diálogo que, segundo afirmou, “serve para trocarmos ideias e impressões, bem como aprofundarmos aquilo que podem ser respostas comuns a desafios iguais”. ■



48º ANIVERSÁRIO DO PS

ANTÓNIO COSTA HOMENAGEIA PRIMEIROS AUTARCAS SOCIALISTAS E ELOGIA O PODER LOCAL COMO “ESCOLA DE DEMOCRACIA”

O Secretário-geral do PS, António Costa, homenageou, por ocasião do 48º aniversário do partido, os primeiros 115 autarcas socialistas eleitos em 1976, enaltecendo o poder local como uma “enorme escola de democracia”.

NA SESSÃO comemorativa dos 48 anos da fundação do PS, que decorreu a partir do Teatro Capitólio, em Lisboa, e que foi transmitida pelas redes sociais do partido, António Costa evocou os membros fundadores de 1973, no congresso realizado na cidade alemã de Bad Münstereifel, assim como todos os líderes do Partido Socialista, desde Mário Soares, para sublinhar

que “o PS é muito mais do que as lideranças circunstanciais” que em cada momento fazem a sua vida política. Para António Costa, a vida do PS “é feita diariamente não pelos seus secretários-gerais, mas pelos milhares de militantes, centenas dos seus autarcas, dezenas de governantes, centenas de deputados da Assembleia da República e das assembleias regionais”.

A história do PS e o legado da experiência autárquica socialista, ao longo dos últimos 45 anos, foram o mote para António Costa homenagear os 115 presidentes de câmara eleitos pelo partido nas primeiras eleições autárquicas em democracia, em 1976, alguns dos quais estiveram presentes, entre eles Rui Nabeiro e Fernando Gomes, lembrando o trabalho que fizeram, por

exemplo, ao levar a luz ou a água a aldeias de um país que estava a sair de 48 anos de ditadura. O chefe do Governo socialista, que também foi autarca em Lisboa durante oito anos, elogiou as autarquias como uma “enorme escola de democracia” e de serviço às populações, sublinhando as exigências do poder local. “Quanto mais próximo é o po-

der, mais próxima é a fiscalização do poder”, disse, acrescentando que é por isso que “os cidadãos têm uma enorme confiança nos autarcas”, dando como exemplo desse trabalho de proximidade o papel inestimável que têm desempenhado no “combate” e na resposta à epidemia de Covid-19, assim como na implementação do plano de vacinação em curso. ■





JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES

COMISSÃO NACIONAL APROVA MARCAÇÃO DO CONGRESSO PARA 28 E 29 DE AGOSTO

A Comissão Nacional do PS aprovou a remarcação do XXIII Congresso Nacional para 28 e 29 de agosto.

“**A DECISÃO** tomada por uma vastíssima maioria, por mais de 86% dos votantes, foi a de realizar o Congresso Nacional a 28 e 29 de agosto”, anunciou o presidente do partido, Carlos César, em declarações aos jornalistas na sede do Partido Socialista, em Lisboa, adiantando que o formato da reunião magna dos socialistas decorrerá em moldes idênticos aos que estavam já previstos, por razões de prevenção face à pandemia de Covid-19.

A reunião da Comissão Nacional do PS, realizada no passado dia 3 de julho, teve como único ponto da ordem de tra-

balhos a proposta de remarcação do Congresso Nacional, inicialmente previsto para 10 e 11 de julho, face à evolução da situação pandémica no país e observando o dever de acautelar os riscos de saúde pública que lhe seriam inerentes.

Ainda de acordo com Carlos César, “no caso de a evolução pandémica determinar alguma dificuldade de realização do Congresso” na nova data, o presidente do partido terá a incumbência de, ouvida a Comissão Organizadora do Congresso (COC) e em articulação com a Comissão Permanente e o Secretário-geral, António Costa, “determinar outra data” para a sua realização “até ao final do corrente ano”.

No caso de este cenário se colocar, o presidente do PS sa-

lientou que, “naturalmente, o mês de setembro tem uma dificuldade a esse respeito por razões de calendário”, devido à existência de outras iniciativas partidárias, como a Festa do Avante!, do PCP, que “impedem, de um ponto de vista da cordialidade que se tem usado sobre essa matéria”, assim como pela realização das eleições autárquicas a 26 de setembro e da campanha oficial que decorre nas duas semanas anteriores. Por essa razão, Carlos César considerou que se o Congresso não se puder realizar em 28 e 29 de agosto, “a probabilidade máxima é naturalmente a de que seja depois das eleições autárquicas e até ao final do ano”.

“Se por razões que não são previsíveis neste caso não pu-

der ser feito este ano, terá que haver uma forte avaliação do Partido Socialista e da sua Comissão Nacional sobre isso, mas nós estamos muito confiantes que a situação irá melhorar, que realizaremos as nossas eleições autárquicas com todas as condições e que, por isso mesmo também, com as mesmas boas condições realizaremos depois o nosso Congresso Nacional”, sublinhou.

O Congresso do PS, que terá a participação de cerca de 1.500 delegados, entre eleitos e inerências, vai realizar-se em 13 locais distintos do país e em espaços que asseguram o cumprimento das normas determinadas pela Direção Geral da Saúde (DGS), sendo os trabalhos seguidos em modelo de

videoconferência.

Em Lisboa, na Sala Tejo do Pavilhão Atlântico, estará a Mesa do Congresso, os membros dos órgãos de direção (Secretariado Nacional e Comissão Política) e os delegados eleitos pelas federações da Área Urbana de Lisboa (FAUL) e da Região Oeste (FRO).

Os restantes delegados reúnem-se na Madeira, Açores, Porto, Coimbra, Portimão (Algarve), Aveiro (que também junta os delegados de Viseu), Estremoz (Évora e Portalegre), Mirandela (Vila Real e Bragança), Covilhã (Castelo Branco e Guarda), Fátima (Leiria e Santarém), Alcácer do Sal (Setúbal e Beja) e, por fim, Barcelos (para os delegados de Braga e Viana do Castelo). ■